



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX Nº 24 QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Deputado Giacombo (PR-PR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputada Luíza Erundina (PSB-SP)

4º - Deputado Ricardo Izar (PSD-SP)



Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 25ª SESSÃO, CONJUNTA (SOLENE), EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015	4
1.1 – ABERTURA.....	4
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil.....	4
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros).....	4
1.2.3 – Oradores	
Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho Federal da OAB.....	6
Senadora Simone Tebet	9
Deputado Efraim Filho	11
Senador Wellington Fagundes.....	12
Deputado Wadiah Damous	14
Senador Cristovam Buarque	16
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	17
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Deputado Sandro Alex	18
Senador Antônio Carlos Valadares	18
Senador Jorge Viana.....	19
Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regi- mento Comum).....	21
Senador Antônio Carlos Valadares (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum)	22
1.3 – ENCERRAMENTO.....	23
2 – RETIFICAÇÃO	
Ata da 17ª Sessão Conjunta (Solene), em 12 de agosto de 2015, publicada no <i>Diário do Senado Federal</i> nº 16, do dia subsequente.....	23
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
3 – COMISSÕES MISTAS.....	24
4 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	38

Ata da 25ª Sessão, Conjunta (solene), em 10 de Novembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Renan Calheiros, Waldir Maranhão e Garibaldi Alves Filho.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 3 minutos e encerra-se às 14 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Declaro aberta a Sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Já compomos a Mesa desta Sessão solene eu e o Vice-Presidente do Congresso Nacional, o Deputado Federal Waldir Maranhão.

Eu tenho a honra e a satisfação de convidar para compor a Mesa o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Castro. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Conselheiro Nacional de Justiça Emmanoel Campelo. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Conselheiro Nacional de Justiça Fabiano Silveira. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa a Senadora Simone Tebet. *(Palmas.)*

Gostaria de saudar as honrosas presenças das demais autoridades, do Embaixador do Equador, Horacio Sevilla; do Ministro do Superior Tribunal Militar, José Barroso Filho; do Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira; do Prefeito de Teresina, Firmino Filho; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Acre, Marcus Vinicius Jardim Rodrigues; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Alagoas, Thiago Rodrigues de Pontes Bonfim; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da Bahia, Luiz Viana Queiroz; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Goiás, Enil Henrique de Souza Filho; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão, Mário de Andrade Macieira; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, Luis Cláudio da Silva Chaves; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco, Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Rondônia, Andrey Cavalcante de Carvalho; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Roraima, Jorge da Silva Fraxe; do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Tocantins, Eptácio Brandão Lopes; do Conselheiro Nacional do Ministério Público, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho; representando o Governo do Estado de Goiás, o Governador Marconi Perillo; o Chefe de Gabinete da Representação do Distrito Federal, Simão Cirineu Dias; e representando o Governo do Estado de Santa Catarina, Sr. João Raimundo Colombo; o Secretário Executivo de Articulação Nacional de Santa Catarina, Acélio Casagrande.

Registro com muita satisfação as presenças honrosas de Conselheiros e Conselheiras Federais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Registro com muita satisfação as presenças do Senador Anastasia, Ex-Governador de Minas Gerais; do Senador Gladson Cameli; da Senadora Simone Tebet, que já compõe a Mesa; do Senador Wellington Fagundes; dos Deputados Danilo Fortes; Edson Moreira; Moema Gramacho; Raquel Muniz; Sandro Alex; Wadih Damous; Victor Mendes.

Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente do Congresso Nacional, Waldir Maranhão; Ex^{ma} Senadora Simone Tebet; Ex^{mo} Ministro de Estado Marcelo Castro; Ex^{mo} Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; Conselheiro Nacional de Justiça Emmanoel Campelo; Conselheiro Nacional de Justiça Fabiano Silveira, eu estou honrado com o privilégio de pronunciar algumas palavras nesta sessão comemorativa, que traduz importante momento da vida cívica da Nação, quando a Ordem dos Advogados do Brasil completa 85 anos de existência.

Por dever de justiça, Presidente Marcus Vinicius, começo prestando as merecidas homenagens a V. Ex^a, como Presidente dessa instituição, que é uma das mais acreditadas instituições brasileiras. Como todos sabem o Presidente Marcus Vinicius é um profissional correto, reconhecido pela sua estatura intelectual, competência e compromisso com as causas mais nobres da cidadania.

O Senado Federal e a advocacia brasileira têm Rui Barbosa como seu patrono e seu busto permanece sobranceiro neste Plenário para nos lembrar, sempre, que a palavra é instrumento da liberdade.

Ao Poder Legislativo a Constituição reservou o papel de criar normas jurídicas, por meio de Parlamentares eleitos pelo voto popular para representar a sociedade.

Nas democracias, a lei é fruto da vontade coletiva e, por isso mesmo, exige-se do Parlamento a sensibilidade para identificar o sentimento geral e as tendências legítimas em determinado momento histórico, a fim de bem interpretá-las e convertê-las em normas gerais e abstratas.

Se a lei é instrumento de pacificação social, o advogado é o seu agente. Trabalha com a legislação para dar voz e vez às partes em um litígio, contribuindo para que as controvérsias sejam dirimidas e a paz social seja preservada.

A Constituição Federal foi sábia e inovadora ao estabelecer que o advogado é indispensável à administração da Justiça, garantindo a inviolabilidade de seus atos e manifestações no exercício da profissão, pressuposto para defesa dos direitos fundamentais e da postulação em juízo.

O saudoso professor Calmon de Passos afirmava que cercear o advogado é cercear o cidadão. Limitar as prerrogativas do advogado é limitar as prerrogativas do cidadão. Constrangê-lo é constranger aquele.

Nesse contexto, a participação Ordem dos Advogados do Brasil é insubstituível. Essa Instituição, com os bons serviços prestados ao País e à democracia, granjeou o respeito da sociedade.

Peço licença a todos para registrar, com muito orgulho, dois grandes alagoanos que tiveram a honra de presidir o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil: Hermann Assis Baeta e Marcelo Lavenère Machado.

O papel da OAB, portanto, não se limita a fiscalizar, defender e disciplinar o exercício da profissão. Abrange a defesa da Constituição, do Estado democrático de direito, dos direitos humanos, da justiça social, da boa aplicação das leis e da rápida administração da Justiça.

A Ordem dos Advogados do Brasil não teve, como dados sabem, vida fácil. A luta por sua criação remonta à Constituinte de 1823 e à fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1843, até chegar a 18 de novembro de 1930, quando foi editado o decreto de Getúlio Vargas.

Sempre atenta aos legítimos anseios da sociedade, a OAB participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte e defendeu as eleições diretas, o aprimoramento e a transparência do processo eleitoral, a anistia, a reforma política e a reforma do Poder Judiciário, para ficar apenas nesses exemplos.

A redemocratização do País deve muito ao destemor e à firmeza da Ordem dos Advogados contra as arbitrariedades dos regimes de exceção. E aqui recorro, para ilustrar este tópico, à figura exponencial do advogado Raymundo Faoro.

Raymundo Faoro presidiu a OAB no biênio 1977-1979 e teve destacada atuação intelectual no cenário nacional, resistindo aos excessos do regime militar para exercer o papel de interlocutor da sociedade civil pela restauração dos direitos fundamentais.

O respeito que inspirava e a sua capacidade de articulação política foram significativas para a revogação do AI-5 e a restauração do *habeas corpus*, suspenso desde 1964.

Raymundo Faoro difundiu o conceito de cidadania com participação, interpretando como ninguém o sentimento de milhões de brasileiros. Foi um brasileiro honrado, exemplo de caráter, retidão e seriedade, cujo legado temos o dever de preservar para as futuras gerações.

Consolidamos a democracia, garantimos as eleições diretas, concluímos a reforma do Judiciário, avançamos em várias frentes importantes e o Senado Federal, por meio de comissões temáticas, tem colaborado, colaborado muito, para modernizar as leis, visando um processo judicial mais rápido e mais eficaz.

O ideal seria que a lei acompanhasse a evolução dos costumes e envelhecesse com a sociedade. A experiência, no entanto, revela um cenário diferente, onde o Direito também está sujeito ao inevitável desgaste causado pelo passar do tempo.

A nossa legislação reclama aperfeiçoamento. Por isso, atualizamos o Código de Processo Penal, entregamos ao País um novo Código de Processo Civil e estamos adaptando o Código Penal e o Código Comercial às exigências da modernidade. Cuidamos também da atualização do Código do Consumidor, revisamos a Lei de Arbitragem, aprovamos a Lei da Mediação, inédita em nosso País.

Registro, com muita satisfação a honrosa presença do Senador Cássio Cunha Lima, que é Líder do PSDB no Senado Federal, do Deputado Federal Efraim Morais, do Ministro do Tribunal de Contas Bruno Dantas. Sejam todos bem-vindos.

Outra comissão de juristas trabalha para elaborar uma lei que desburocratize e simplifique a relação do Estado com as empresas e pessoas físicas. E, na próxima semana – este é o propósito da Mesa Diretora do Congresso Nacional e do Senado Federal –, começaremos a receber os primeiros anteprojeto para essa importante alteração, para esse fundamental aperfeiçoamento institucional que não pode esperar.

A intenção do Senado Federal, como todos sabem, é dotar o Brasil de meios de tornar o nosso arcabouço jurídico mais ágil, efetivo e consentâneo com a realidade e o tempo presente.

Como advertiu o Presidente Nacional da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, sem defesa não há justiça, tampouco respeito ao cidadão. E, pegando a deixa, acrescento que, sem justiça e respeito ao cidadão, não há democracia.

Assinalo que só compreendo a justiça cidadã como fruto do esforço conjunto dos órgãos judiciais, do Ministério Público e dos advogados.

Alguns estudiosos afirmam que o magistrado é o pai social, pois é a porta de entrada para a demanda. Porém, o advogado é sempre o primeiro juiz da causa, uma vez que é ele quem avalia se vale a pena levá-la adiante. Por isso, dizem que a jurisprudência é feita pelos advogados, que inovam, debatem e levam as teses ao Poder Judiciário.

Conhecido jurista italiano pontificava que a missão dos advogados de encontrar argumentos é tecnicamente mais árdua do que a tarefa de escolher entre as teses descobertas pelos defensores.

A presença e a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil são essenciais para o constante aperfeiçoamento do processo democrático, para a boa aplicação da lei e para um processo justo.

Parabenizo, em nome da Mesa Diretora do Congresso Nacional, em nome de todos os Senadores e de todas as Senadoras, em nome dos Deputados, das Deputadas, a Ordem dos Advogados do Brasil pelos 85 anos de excelentes serviços prestados à democracia, à liberdade e à cidadania, reafirmando os meus compromissos com essa instituição, com essa importantíssima instituição, e com o Brasil.

Parabéns à OAB. (*Palmas.*)

Eu concedo a palavra ao Exmo. Sr. Marcus Vinícius Furtado Coelho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República Senador Renan Calheiros e, em sua pessoa, em nome dos 910 mil advogados do Brasil inscritos na Ordem dos Advogados, saúdo todo o Congresso Nacional, as Sr^{as} e os Srs. Deputados e Senadores, os que já se encontram presentes e os que estão nas comissões técnicas de ambas as Casas que estão funcionando a pleno vapor nesta terça-feira, meio-dia.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a iniciativa, que muita honra a advocacia brasileira, partida do Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, de realizar esta Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear os 85 anos da OAB.

Essa iniciativa do Presidente do Congresso bem revela o seu compromisso com a liberdade, com a democracia, com o cumprimento dos valores constitucionais, que são os ideais que unem a Ordem dos Advogados do Brasil e o Congresso Nacional.

As histórias da Ordem dos Advogados do Brasil e da instituição que é o Congresso Nacional, do Poder da República que é o Congresso Nacional, são histórias coincidentes, porque temos em comum a defesa da democracia, a defesa da liberdade e a defesa da Constituição da República.

Qualquer regime autoritário, ao se instaurar, tem como primeira medida fechar o Congresso Nacional ou diminuir as conquistas, as garantias e as prerrogativas do Parlamento, porque as ditaduras, os regimes de voz única, o autoritarismo, não convivem, não conseguem coexistir com a pluralidade democrática do Parlamento.

Fazemos não apenas por obrigação legal, porque está insito no art. 44 do Estatuto da Advocacia que é dever da OAB defender a ordem jurídica do Estado democrático de direito, ou seja, defender a democracia, a liberdade e as instituições. Não apenas por obrigação legal, mas por uma profissão de fé, a OAB compreende que, sem um Parlamento forte, sem um Parlamento altivo, respeitado, não há uma democracia digna desse nome.

Portanto, a aliança, que é histórica, entre a OAB e o Parlamento Nacional sempre se fez presente e, neste momento, registro a saudação e o agradecimento ao Presidente do Congresso Nacional, que se fez, inclusive, merecedor do recebimento, em nome do Congresso Nacional, do Prêmio Raymundo Faoro de Defesa da Democracia Brasileira, entregue há pouco em seu gabinete presidencial, justamente para selar, de uma vez por todas, esta parceria em prol do País.

Temos que compreender que não podemos retornar jamais a momentos autoritários. A OAB foi criada pelos ventos libertários e liberais da Revolução de 30, no momento em que essa Revolução criou a Justiça Eleitoral, tentou ampliar a representatividade e a legitimidade do sistema político eleitoral brasileiro, concedendo e declarando o direito de voto às mulheres, emancipando, portanto, brasileiras de tão alto nível quanto são as nossas mulheres que compõem o País. No momento em que pôs fim à República Café com Leite, quando o Brasil respirou ares libertários, criou-se a Ordem dos Advogados do Brasil.

Logo em seguida, a nossa entidade luta pela constitucionalização da própria Revolução de 30. Em 1932, fomos participar do Movimento Constitucionalista, que resultou na Constituição de 1934. Foi um Presidente da OAB, o Levi Carneiro, quem participou das comissões que coordenaram aquela Constituição de 1934. Em momento seguinte, Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB – a quem agradeço também a presença, bem como a de todas as Senadoras e Deputados Federais aqui presentes; e saúdo também o Vice-Presidente do Congresso e o Ministro da Saúde, Marcelo Castro –, logo em seguida, o Estado Novo veio ao Brasil. E aquele que criou a Ordem, o nosso querido ex-Presidente Getúlio Vargas, teve a oposição da OAB quanto aos atos de abuso ou atos antidemocráticos praticados durante o Estado Novo, com a OAB em defesa daqueles valores libertários que fizeram a Revolução de 30. Logo em seguida, na redemocratização, foi novamente um ex-Presidente da OAB quem presidiu a Assembleia Nacional Constituinte e, efetivamente, tivemos a Constituição Democrática de 1946. Infelizmente, com o Golpe de 1964, houve, justamente, um regime de exceção que contou com a repulsa, novamente, da Ordem dos Advogados do Brasil, porque sempre esteve ínsito à sua essência esse compromisso com o Estado democrático de direito e com o funcionamento livre do Parlamento.

Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, que muito nos honra com sua presença, e Presidente Renan Calheiros, foi um ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, quem, pela primeira vez, visitou a Ordem dos Advogados do Brasil como Presidente da República, quem recolheu da Ordem o projeto de lei do Estatuto da Advocacia e quem encaminhou sem alteração, como Presidente da República, esse projeto de lei estatutária. Percebam, portanto, que esse mineiro, Juscelino Kubitschek, Paulo Castelo Branco, já tinha uma antevisão, uma visão da importância que a nossa entidade teria para o nosso País.

A luta do OAB contra o regime autoritário resultou, justamente, no diálogo importante de Raimundo Faoro com o então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, que havia sido Presidente do Senado da República, para construir a Lei da Anistia e as bases para a redemocratização do Brasil.

Foi um ex-Presidente da OAB, o Presidente Mário Sérgio Duarte Garcia, escolhido pelos movimentos sociais de 1983, quem presidiu e coordenou a campanha pelas Diretas Já. Àquela época, os partidos políticos, os movimentos sociais, o saudoso Ulysses Guimarães escolheram o Presidente da Ordem, Mário Sérgio Duarte Garcia, para fazer a coordenação do movimento pelas Diretas Já, que resultou, como sabemos, na eleição do primeiro civil Presidente da República, Tancredo Neves, que teve como Vice-Presidente o ex-Presidente da República José Sarney, que presidiu, com muita honra, este Senado da República por diversos mandatos e que firmou e fez, em nosso País, o seu compromisso – o compromisso de Tancredo, que ele pôs em prática – da transição democrática em nosso País, do respeito à liberdade de imprensa, do respeito à liberdade de manifestação e de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Foram compromissos feitos por Tancredo, que seu Vice-Presidente cumpriu.

Pois a história novamente pôs nas mãos de um ex-Presidente da OAB nacional, o Senador Bernardo Cabral, a relatoria da Comissão de Sistematização, a relatoria final da Constituição da República.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – Percebam, Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, a simbiose, a proximidade, o embricamento que existe entre a história constitucional do País, que é a história do Parlamento brasileiro, com a história da Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, a defesa que a Ordem faz dos valores constitucionais e das garantias constitucionais do cidadão decorre não apenas da determinação legal, como também da profissão de fé e de uma legitimidade histórica, como aqui acabei de anunciar.

No presente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, senhoras autoridades, colegas Conselheiros Federais, dignos Presidentes da OAB que aqui se encontram...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – ... representando 906 mil advogados brasileiros, no momento histórico, temos construído, com o Congresso Nacional, importantes conquistas para a classe dos advogados e para a sociedade brasileira.

Foi um diálogo de alto nível da OAB com o Congresso Nacional que resultou no Estatuto da Advocacia Brasileira, aprovado há 20 anos, um estatuto cujo projeto de lei é de autoria de Ulysses Guimarães, símbolo deste Parlamento, símbolo da altivez do Parlamento nacional. Ele é o autor do projeto de lei que resultou no Estatuto da Advocacia.

Posteriormente, houve a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei da Ficha Limpa, uma lei importante para o País, aprovada à unanimidade pelo Senado da República.

Posteriormente, houve, já agora na gestão do Presidente Renan Calheiros, a aprovação da Lei Anticorrupção, uma lei importante para o nosso País, uma lei que foi fruto justamente do diálogo da OAB com o Senado da República. Eu me lembro bem de quando aqui estive, trazendo ao Presidente do Senado a demanda oriunda da sociedade civil que o Presidente acolheu, pôs em prática, pôs em votação e que hoje é lei no nosso País.

Logo em seguida, também houve importantes vitórias em favor da classe dos advogados, como a inclusão dos advogados no Supersimples, como a aprovação do novo Código de Processo Civil, Conselheiro Fabiano Silveira, que presta um excelente serviço representando o Senado da República no Conselho Nacional de Justiça, e Conselheiro Emmanoel Campelo. Pois tivemos acolhidas, no novo Código de Processo Civil, as grandes reivindicações...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – ... da classe dos advogados, mercê novamente dessa união entre a Ordem dos Advogados do Brasil e o Congresso Nacional, em favor de causas da sociedade e de causas da classe dos advogados, porque temos a visão, como já expressado pelo Presidente do Congresso Nacional, de que o advogado valorizado significa o cidadão respeitado, de que a valorização do advogado é fundamental para que o cidadão seja tratado com a dignidade que o Estado deve ter em relação àquele que é o responsável pela existência do Estado e a finalidade dessa existência.

Se, de um lado, há, Senador Garibaldi Alves, que muito nos honra com a sua presença, o Estado acusador, o Estado investigador, o Estado que realiza a fiscalização tributária, o Estado que atua perante o cidadão, de outro lado, o cidadão tem a seu favor o advogado. Pois o Estado não é mais importante que o advogado, o Estado não é mais importante que o cidadão. O Estado existe para trazer felicidade, paz, segurança e prosperidade ao cidadão. Justamente por isso, uma das leis mais importantes aprovadas pelo Congresso Nacional, o art. 6º do Estatuto, disciplina que não há hierarquia entre o membro do Ministério Público, o membro da Magistratura e o advogado, porque não há hierarquia entre o Estado e o cidadão. Justamente por isso, o direito de defesa é fundamental. Justamente por isso, as garantias constitucionais do cidadão devem ser observadas. A Ordem dos Advogados do Brasil faz essa profissão de fé e traz esse compromisso com o Congresso Nacional.

Senhoras e senhores, não vou lhes cansar, mas quero dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil tem o compromisso de ser a voz constitucional do cidadão brasileiro. Temos esse compromisso de nos portar sempre como entidade que tem como único partido político a Constituição da República, que tem como única ideologia o Estado democrático de direito. Essa é a nossa meta. Essa é a nossa base de existência, a nossa base de fundamentação. É a força da OAB, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Presidente da Frente Parlamentar dos Advogados na Câmara dos Deputados. Essa é a nossa ideologia. Esse é o nosso compromisso. A Ordem dos Advogados do Brasil não deve ser *longa manus* de governos nem linha auxiliar da oposição, não deve se portar para substituir o necessário debate partidário. A Ordem deve estar a favor da Constituição da República, como sempre esteve ao longo da sua história.

E esse trabalho da Ordem seguirá firme, neste mesmo ritmo, mercê da atuação conjunta e compartilhada de todos os diretores que compõem o Conselho Federal da Ordem – aqui presentes o Vice-Presidente, Claudio Lamachia, o Secretário-Geral, Cláudio de Souza, e o Diretor Tesoureiro, Antonio Oneildo – e de todos os Conselheiros Federais da Ordem aqui presentes, como Luiz Flávio D'Urso, da OAB, de São Paulo, na pessoa de quem saúdo a todos os Conselheiros Federais que estão presentes.

Saibam todos, advogados e sociedade brasileira, que a Ordem jamais ficará omissa, que ela sempre atenderá o chamado da sociedade brasileira no sentido de que a Constituição da República seja respeitada, de que a democracia seja valorizada e de que este Parlamento, que ecoa as vozes destoantes da sociedade brasileira e que é o símbolo da pluralidade e da democracia neste País, seja respeitado em suas prerrogativas constitucionais, na liberdade de sua manifestação, porque a unidade de pensamento, a unidade de defesa da liberdade, da democracia e da Constituição é o elo que une a Ordem dos Advogados do Brasil e o Congresso Nacional. Esta cerimônia tem o papel simbólico de marcar essa união, em favor da sociedade brasileira.

Para finalizar, dentro desse propósito de que nós tenhamos sempre...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – ... o advogado respeitado para que o cidadão seja dignificado, conclamamos pela aprovação, no Senado da República, de um projeto de lei, já aprovado na Câmara dos Deputados, que torna o advogado indispensável no inquérito policial. O investigado não pode tomar conhecimento de que está sendo investigado apenas pela imprensa. O advogado precisa ter acesso à investigação, para que o cidadão seja respeitado. Não é possível que o advogado participe de um inquérito policial sem poder sequer questionar, apresentar uma pergunta, uma razão. O investigado participa do processo do inquérito policial sem qualquer direito, de forma inquisitorial. Não podemos admitir...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – ... inquéritos inquisitoriais. E quem mais sofre, Presidente em exercício do Congresso Nacional, nesse momento? A população carente, a população pobre. Os pobres respondem a inquéritos sem qualquer tipo de assistência do advogado, porque não é obrigatória a presença do profissional da advocacia. Logo, Senador Cássio Cunha Lima, a Defensoria Pública não atende o pobre, nas delegacias. Nem a Defensoria Pública nem o Estado propiciam advogado dativo para os pobres. Eles respondem ao inquérito sem qualquer assistência profissional. Há um projeto de lei do Senador Cássio Cunha Lima, o Líder do PSDB, nesse sentido, no sentido de que haja também a criminalização da violação das prerrogativas dos advogados.

Portanto, percebam que o Senado da República está muito próximo de realizar uma conquista histórica para a advocacia brasileira, que é mais do que para o advogado, é para o cidadão deste País.

Vamos construir esta vitória, que se somará a tantas vitórias em nosso País que são fruto justamente dessa unidade, cuja vitória principal – finalizando, Senadora Simone Tebet, aqui presente, que muito nos honra – é a Constituição da República.

Temos mais de 26 anos, já 27 anos de estabilidade institucional, fruto desta Constituição da República. Não há salvação fora da Constituição. Os valores constitucionais, as garantias constitucionais do cidadão não podem ser flexibilizadas sob pretexto algum. Temos que construir um ambiente de segurança jurídica, para que construamos no País um ambiente propício para os negócios, para o desenvolvimento nacional. Não podemos ter surpresas a cada esquina, a cada momento. Temos que trazer para o investidor nacional e internacional a confiança e a credibilidade, que somente surgirão com o cumprimento de contratos, obrigações. E para isto os advogados brasileiros também estão à disposição da sociedade, para que os advogados lutem por segurança jurídica, pelo respeito aos direitos adquiridos, aos atos jurídicos perfeitos, à coisa julgada.

Portanto, Exm^{as} Deputadas, Exm^{as} Senadoras, Exm^{os} Deputados e Exm^{os} Senadores, todas as autoridades presentes que honraram e que honram a Ordem dos Advogados do Brasil neste instante, uma só palavra: liberdade. Liberdade. Liberdade.

Queremos um País livre, em que as manifestações ocorram de forma pacífica e ordeira; um País livre, em que todas as opiniões sejam respeitadas; um País livre, em que todos tenham o direito de opinar e de falar; um País livre, em que a imprensa possa cada vez mais exercer o seu papel; um País livre, em que as instituições funcionem sem qualquer tipo de opressão; um País livre, em que os órgãos responsáveis do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia, possam funcionar sem qualquer tipo de pressão, também com liberdade; um País livre, em que o Congresso Nacional seja cada vez mais respeitado; um País livre, em que a advocacia brasileira possa cumprir o seu papel em favor da população.

Como diria Raymundo Faoro, “sem advogado não há democracia; sem democracia, não há advogado”. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Agradecemos pela belíssima fala do nosso Presidente, Marcus Vinicius, que fez, na sua historicidade, uma passagem no tempo, em que resgata construções, pontes, e aponta para o futuro, vivendo o presente na sua plena intensidade.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, pela Liderança do PMDB no Senado Federal.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco/PMDB - MS. Como Líder. Com revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Deputado Federal Waldir Maranhão, Vice-Presidente do Congresso Nacional, neste ato como Presidente desta sessão solene de homenagem aos 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil; Exm^o Ministro da Saúde, nosso querido colega, Deputado Marcelo Castro; quero, em seus nomes, cumprimentar as autoridades do Governo Federal que se fazem aqui presentes; quero cumprimentar o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, e em seu nome cumprimentar todos os colegas advogados que se fazem aqui presentes; quero cumprimentar também os Conselheiros Nacionais de Justiça, Dr. Emanuel Campelo e Dr. Fabiano

Silveira; permitam-me aqui cumprimentar todos os Conselheiros Federais da Ordem dos Advogados do Brasil, em nome de uma conterrânea aqui presente, Dr^a Samia Barbieri, de Mato Grosso do Sul.

Caras colegas Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas Federais: eu sou advogada e tenho orgulho de ser advogada. Como advogada, sei que a OAB, como todo conselho profissional, é uma entidade corporativa. E, portanto, tem a obrigação precípua de defender os seus. Defender, no caso da OAB, os advogados e suas prerrogativas. Mas, no caso da Ordem dos Advogados do Brasil, ela faz mais, porque ela permite e possibilita a defesa do defensor. Então, ela permite e possibilita a defesa do cidadão. Promove a defesa da defesa. Assim, cumpre não apenas uma atribuição precípua, importante e essencial à Justiça – ela vai mais longe: ao garantir os direitos fundamentais do cidadão e do indivíduo – o direito individual, coletivo, social ou humano, pouco importa –, a OAB ousa ser mais, e ousou ser mais durante toda a sua história, nesses 85 anos. Porque a Ordem dos Advogados do Brasil não apenas defende o advogado e os cidadãos; fez e faz, como o Presidente aqui apontou, a própria defesa do Estado, mas não de qualquer Estado, do Estado democrático de direito.

Como disse o nosso Presidente Renan Calheiros, há alguns anos, muito poucos até, na perspectiva histórica, a OAB se levantou contra o arbítrio, contra o regime de exceção e garantiu, através de uma batalha longa, juntamente com outros companheiros e companheiras, cidadãs e cidadãos brasileiros, a volta da democracia, da nossa tão sagrada democracia.

A coragem de advogados, muitos deles mobilizados e protegidos pela própria Ordem, abriu porões onde vidas se esvaziavam e estavam por um fio. Quantas vidas, muitas vezes debilitadas, não foram salvas pelos nossos colegas advogados, amparados, como disse, pela OAB? Vidas que tinham, na Ordem e nos advogados, seu último fiapo de esperança.

Muitos colegas, senhores advogados e senhoras advogadas, realmente faleceram no ardor das batalhas, e quantas não foram as vezes em que tentaram calar a voz dos advogados? Em relação a esses colegas, não sei se cabe um minuto de silêncio, porque suas vozes ainda são ouvidas.

Seu destemor, sua coragem, sua luta pela liberdade inspirou e inspira a luta patriótica diária de todos nós, pelas liberdades públicas, pelo direito e pela ordem. Uma luta patriótica, uma patriótica lida, podemos dizer assim, para poder fazer uma remissão, neste momento, a uma mulher: Lyda, D. Lyda, D. Lyda Monteiro da Silva, que, no dia 27 de agosto de 1980, perdeu a sua vida quando uma bomba, endereçada ao presidente da Ordem, estilhaçou-se em seu colo, com isso, também, estilhaçando-se na mente de todos nós. Em homenagem a ela... (*Palmas.*)

Eu aqui me dirijo, neste momento, fazendo uma homenagem a D. Lyda, Lyda Monteiro da Silva, para homenagear todas as Lydas e todas as vidas que se foram, mas não foram em vão.

Também a Ordem dos Advogados do Brasil foi decisiva, após a abertura da democracia, para que pudéssemos ter a nossa Constituição Cidadã. E quantas não foram as inserções, dispositivos constitucionais em defesa dos direitos fundamentais, que lá estão até hoje, que foram fruto das mentes sábias dos nossos colegas advogados e advogadas?

Vencido o arbítrio, a Ordem foi mais longe, foi responsável por amparar jovens da democracia, como eu à época, e a jovem democracia, e, com isso, fortalecer as instituições republicanas do nosso País.

Mas não quero me ater apenas ao passado. Isso, brilhantemente já o fez o nosso Presidente da OAB. Permitam-me, rapidamente, para encerrar, falar do presente, porque me preocupa muito o presente.

Hoje o Brasil, as instituições democráticas e o Estado democrático de direito podem até não estar em perigo, mas estamos em alerta. É preciso que fiquemos atentos. Infelizmente, a situação política, que contaminou a economia, contaminou também as mentes de alguns cidadãos e cidadãs brasileiros. Estamos hoje vivendo um clima, se não de beligerância, de intolerância – um vocábulo que até então não existia na boca, na mente e no coração dos brasileiros e brasileiras. Essa intolerância hoje ocorre dentro dos lares e fora deles; essa intolerância é entre cidadãos, entre a sociedade e o cidadão, e, mais grave do que isso, atinge toda a classe política e as instituições.

Se fosse uma intolerância, se fosse uma revolta, e mesmo se fosse uma desconfiança e falta de credibilidade apenas nos homens públicos, não haveria problema. O processo eleitoral está aí, de dois em dois anos, para que se possa fazer a devida depuração, e os cidadãos numa democracia podem escolher os seus representantes.

O problema, Senador Garibaldi, é que essa intolerância, essa desconfiança e falta de credibilidade estão chegando nas instituições mais sagradas, e não só nos três Poderes. Não é à toa que, recentemente – na semana passada, para ser mais exata –, vimos uma pesquisa do Datafolha na qual, de cada dez paulistanos, seis, 60% dos paulistanos, não confiam mais na Polícia, e não é no policial, é na Polícia como instituição.

Essa é uma situação que merece atenção de instituições como a Ordem dos Advogados. Cabe, eu não tenho dúvida, à Ordem assumir com coragem, como sempre fez, o papel de protagonista nesse processo de tentar reaproximar cidadãos brasileiros; cidadãos, sociedade e instituições.

Por que eu realço aqui – já termino a minha fala – o papel da OAB? Sabemos, sim, da nossa responsabilidade no Congresso Nacional. Sabemos que é de nossa responsabilidade, como Senadores, Deputados, homens e mulheres públicos, o papel de diminuir as desigualdades sociais, de combater, com todas as armas, a corrupção, a sonegação, o desvio do dinheiro público tão necessário para atender às necessidades da nossa população. Mas nós sabemos também – e foi muito bem lembrado pelo Presidente da Ordem aqui, a todo momento – que isso só é possível em um Estado democrático de direito.

Chamo, portanto, a atenção, realçando aqui a importância da Ordem, para dizer que, neste momento, mais do que nunca, em um momento de grandes denúncias, dependemos cada vez mais da Ordem atuando, para que nós possamos ter resguardados princípios constitucionais, como a presunção de inocência...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Aliás, justo processo legal que poderia, mais do que uma premissa ou um princípio, ser o próprio nome – ou o outro nome – da Ordem dos Advogados do Brasil.

Encerro as minhas palavras dizendo que me sinto muito honrada de poder participar desta solenidade, representando o meu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o PMDB de tantas lutas, como foi realçado pelo Presidente; o PMDB de Ulysses Guimarães, que, pelas suas mãos, começou a redigir o Estatuto da Advocacia; o PMDB das lutas pelas liberdades, contra o arbítrio, a favor das Diretas Já e da Constituição Cidadã.

Por isso é que o PMDB louva os 85 anos da OAB. A democracia brasileira louva os 85 anos da OAB, na certeza de que, com ela, com a sua coragem, nós sempre teremos uma ordem...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... e um Brasil, que sejam ambos democráticos e dos brasileiros. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho, pela Liderança dos Democratas, na Câmara dos Deputados.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputado Waldir Maranhão, meu estimado Presidente Marcus Vinicius, a quem tenho a honra, sempre que possível, de encontrar por essas dependências ou por congressos afora do Brasil e abraçá-lo e, tal qual costumamos falar aqui, chamá-lo sempre de meu Presidente.

Quero fazer a saudação à Senadora Simone; aos demais membros representantes do CNJ, em nome do Sr. Emanuel Pereira; aos meus caros amigos Deputados, Deputadas, que aqui se encontram; aos Senadores e às Senadoras; aos Conselheiros membros da Ordem; aos colegas advogados e advogadas. E, em nome do Líder da oposição no Senado, Senador Cássio Cunha Lima, saúdo todos os demais Senadores que aqui se encontram e Lideranças políticas.

O tempo é exíguo, Presidente, e a minha mensagem será breve. Temos muitos oradores aqui hoje.

Quando convidado pelo meu Partido, Democratas, para poder representá-lo na solenidade de hoje, não hesitei, porque, estando aqui no meu terceiro mandato, sempre estive à frente da discussão de temas legislativos, jurídicos, especialmente do novo Código de Processo Civil.

A formação jurídica sólida que recebi nos bancos da Universidade Federal da Paraíba me fizeram sempre buscar o caminho da advocacia. E, Presidente Marcus Vinicius, uma das coisas de que mais tenho orgulho – sempre que vou aos congressos e que procuram o meu currículo eu digo – foi ter sido presidente do NAE da OAB-PB, o Núcleo de Apoio aos Estagiários da OAB. Lá, nos idos dos anos de 1998, através dessa militância universitária, conseguimos fazer e caminhar para que dentro da OAB da Paraíba se abrisse esse Núcleo de Apoio aos Estagiários. E hoje, por diversos Estados do País, torna-se uma realidade. E vejam só: esse presidente do Núcleo de Apoio aos Estagiários chegou aqui, onde estreitamos nossos laços, dialogando um novo Código de Processo Civil. Fui responsável, como Relator parcial, pela Parte Geral, e lá várias conquistas da classe dos Advogados foram debatidas, foram discutidas, foram votadas e foram vencidas, tanto na Comissão Especial quanto no plenário.

Porém, esses 85 anos que comemoramos hoje mostram que a história da OAB se confunde com a história da democracia no Brasil. Ao longo dessas últimas oito décadas, a OAB foi sempre um porto seguro, foi sempre uma fortaleza indevassável para que lá a cidadania, a liberdade e a democracia encontrassem guarida. Quanto mais questionada fosse, mais a OAB levantava os seus muros para não deixar ser vilipendiado esse direito do cidadão. Foi assim ao longo dessas últimas oito décadas.

Com a Constituição Federal tivemos, sim, o seu ponto alto. Como dizia Ulysses Guimarães, sendo aquele farol que ilumina as trevas e leva luz a cidadãos que se encontram na escuridão, longe da cidadania e longe dos seus direitos, a OAB também teve essa parcela indispensável e essencial.

E a luta continua. Sabemos que, em diversas épocas deste País – hoje não é diferente –, quando abrimos os olhos, muitas vezes encontramos uma sociedade e um país em ruínas para ser reerguido e levantado. A OAB nunca se furtou a esse papel. Os advogados e as advogadas sempre tiveram papel de protagonismo nesses momentos, e não tenho dúvida de que ser advogado é carregar consigo o múnus público de também lutar pela melhoria deste País, pela melhoria desta sociedade; é trabalhar conceitos que parecem tão simples, tão óbvios, que estão embaixo dos nossos narizes, mas cidadania e liberdade, Senador Garibaldi, são ainda temas muito longe de grande parte dos brasileiros.

É nessa luta, meu caro Presidente Waldir Maranhão, que temos de continuar. Às vezes, para se fazer um cidadão, é quase como um parto social. É preciso suor, é preciso lágrimas e, muitas vezes, é preciso até mesmo sangue. Foi com essa coragem que a OAB sempre se portou, lutando para que, nessa sociedade, tivéssemos partos sociais, nascessem cidadãos, fazendo com que a cidadania e a liberdade não fossem conceitos acadêmicos, mas presentes no prato de cada dia das famílias brasileiras. E este é mais um momento em que a sociedade brasileira precisa dessa ação enérgica.

A OAB e o Congresso Nacional nunca se furtaram, quando preciso, a caminhar de forma paralela, conjunta, numa relação transparente e saudável como deve ser. Não há nenhum problema no diálogo das instituições. Discutimos temas como a Lei da Ficha Limpa, como a PEC 76, que cassou o voto secreto para torná-lo transparente no caso das cassações de Parlamentares e na votação dos vetos presidenciais. Discutimos o novo Código de Processo Civil e a Lei da Delação Premiada, que hoje muda a figura do combate à corrupção e, principalmente, do combate à impunidade neste País. O Congresso e a OAB, juntos, Senador Romero Jucá, nunca se furtaram a discutir temas de interesse para o Brasil. E assim avançaremos, e assim continuaremos, porque a história da OAB tem que ser, sim, Presidente Marcus Vinicius, com uma mirada para o futuro, mas sem jamais se esquecer de olhar e valorizar o seu passado, porque o glorioso passado da OAB se confunde com a história da democracia no Brasil, e nós temos de preservá-la até os últimos momentos.

Continuemos firmes – muito, mas muito firmes – porque o preço da liberdade é a eterna vigilância, já diz esse ditado tão conhecido, tão famoso.

Então, com a honra – e já concluindo – de ser advogado, pós-graduado em Direito do Consumidor, de ter essa formação, aqui neste terceiro mandato, colocado à disposição do povo... Às vezes, há algumas coisas pitorescas – permitam-me fazer esse improviso – que passam despercebidas para muitos. Eu advoguei durante sete anos, sou Deputado Federal há nove, participei da elaboração do Novo Código de Processo Civil; mas, quando vamos, por exemplo, a hotéis, ou quando fazemos cadastros, sempre perguntam: “Qual é a sua profissão?”. E, claro, dá um grande orgulho quando colocamos lá: advogado. *(Palmas.)*

Porque Deputado Federal estamos, políticos nós estamos. Um dia passa, principalmente quando passar a vontade do povo. Agora, advogado, sempre seremos. E, quando carregamos isso conosco, mostramos que ainda temos muito com que contribuir.

Então, com esse orgulho, de ter me formado advogado, de ser advogado e de haver aceitado essa honra, aqui, nos 85 anos da OAB, com tantas figuras ilustres presentes e que percorreram muitos desses eventos históricos pelos quais passamos, só tenho a desejar à Ordem a mesma coragem, a mesma luta que sempre teve.

Para encerrar, há algo que parece, às vezes, muito batido, que parece muito piegas, que parece, às vezes, algo que, de tanto falarmos, já o temos decorado. Mas não o temos e, a cada dia, merece ser refirmado, para que nenhum brasileiro se esqueça das palavras de Rui Barbosa aqui neste Senado Federal, quando dizia:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

Que esses 85 anos de OAB nos façam, cada vez mais, refletir, para que essas palavras de Rui Barbosa não caiam no esquecimento. Resgatemos, através da força da OAB, a cidadania, a liberdade e a democracia como valores intrínsecos ao cidadão brasileiro.

Muito obrigado e boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, pela Liderança do PR no Senado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Presidente da OAB, também aqui presente, todos que nos assistem, esta sessão solene é extremamente oportuna. Vários aqui tiveram ou terão a oportunidade de se manifestar sobre os 85 anos dessa que

é uma das instituições civis mais importantes do Brasil. Contudo, quero aqui ressaltar que, mais que a celebração de um marco importante na história da OAB, esta reunião nos dá a chance de dialogar com os senhores e senhoras aqui presentes, todas pessoas da mais alta consideração.

A própria história e a condição que ocupa no contexto nacional nos leva obrigatoriamente a tratar das origens mais remotas dessa instituição que, hoje, é aqui homenageada.

Do distante ano de 1843, quando foi fundado o Instituto dos Advogados do Brasil, até se transformar em realidade em 1930, em meio ao calor revolucionário da época, a Ordem dos Advogados do Brasil sempre se constituiu em um dos pilares de sustentação da democracia brasileira. Sempre em sintonia com os anseios de renovação e de modernização do nosso País.

Criada pelo art. 17 do Decreto nº 19.408, de 18 novembro de 1930, a história mostra uma entidade que, na sua concepção, já se opunha aos desmandos e anacronismos e advogava a construção de uma ordem jurídica que expressasse os clamores da Nação por justiça social; que estivesse, efetivamente, em consonância com os ideais republicanos.

Historicamente, a OAB esteve sempre na linha de frente da resistência democrática. E o que é mais importante: sempre se colocou fora das diferenças partidárias, sem se eximir, no entanto, de questionar a conduta dos Governantes nem de lutar pelo aprimoramento da ordem jurídica.

Feliz é a nação que pode contar com uma entidade de classe com tamanho lastro na defesa do Estado democrático de direito e da Constituição. Isenta, longe das querelas partidárias, a OAB nunca se furtou a estar ao lado do interesse coletivo e dos ideais republicanos. Foi assim nas lutas nacionalistas dos anos 50, entre as quais se destacava a defesa do nosso petróleo, que resultou na criação da Petrobras.

Oportuna ao condenar os radicalismos, tanto da direita quanto da esquerda, a OAB tem sido ao longo do tempo uma aliada poderosa da sociedade. Foi assim durante a ditadura, quando o cidadão foi perdendo gradualmente os seus mais elementares direitos, até de se manifestar. Foram anos de chumbo. A imprensa esteve sob censura, e os direitos e garantias individuais foram suspensos, inclusive o *habeas corpus*.

Naqueles tempos, prisões políticas, torturas, cassações de mandato e assassinato de adversários do regime tornaram-se constantes.

Deve-se ressaltar neste evento, até mesmo para que a história não se repita em forma de tragédia, a postura altaneira dos advogados brasileiros quando se insurgiram contra a queda da legalidade em 1964 e, novamente, em 1969, ocasião da outorga da Emenda Constitucional nº 1.

A OAB denunciou sempre e em especial os dispositivos e atos institucionais que subtraíam da apreciação do Poder Judiciário os atos do autodenominado "Governo Revolucionário".

Enfrentou-se a baioneta apesar da forte repressão. A sociedade civil gradativamente começou a se mobilizar, encontrando canais para manifestar seu descontentamento e a sua aspiração por liberdade.

Com a retumbante vitória eleitoral da oposição em luta pela democracia, no ano de 1974, a Ordem dos Advogados do Brasil foi chamada a cumprir uma missão de grande dimensão histórica. O então Presidente desta Casa, Senador Petrônio Portella, incumbido pelo Executivo de operar o processo de reordenamento nacional em aliança com a sociedade, procurou o Presidente da Ordem dos Advogados, Raymundo Faoro, em busca de interlocução, ato muito marcante.

Foi a primeira vez que o regime militar levou oficialmente em consideração a existência da sociedade civil organizada, e, dentro dela, a OAB foi percebida como peça-chave do processo institucional brasileiro.

Com a abertura, atos institucionais foram revogados e foi dado fim à censura prévia à imprensa. E, como não poderia deixar de ser, a OAB lutou pela anistia e pela restauração de eleições diretas para governador de Estado que permitisse uma disputa sucessória entre dois civis.

Permitam-me, nobres advogados e ilustres personalidades do mundo jurídico, também reverenciar a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira da Imprensa e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que, igualmente, tiveram papel extraordinário nesse processo de redemocratização do nosso País, na mais intensa mobilização política jamais ocorrida na história do Brasil: a campanha das Diretas Já, cuja emenda era assinada pelo meu conterrâneo de Mato Grosso, Dante de Oliveira, falecido prematuramente.

Em resposta cruel ao enorme clamor popular pelo fim da ditadura, pelo direito de eleger o Presidente da República, forças obscuras do regime da época perpetraram diversos atentados à bomba país afora. E um deles teve como alvo exatamente a Ordem dos Advogados do Brasil, vitimando D. Lyda Monteiro da Silva, Secretária da Presidência do Conselho Federal. Pagando com o sangue de uma funcionária pelo seu engajamento na luta em defesa do Estado democrático de direito, a OAB recebeu um atestado cabal de sua sintonia com as aspirações mais altas do povo brasileiro.

Em qualquer circunstância, impossível deixar de mencionar esse fato histórico e que foi, seguramente, marco para o restabelecimento da democracia. Pagou-se com sangue! E hoje somos livres para nos pronun-

ciar, nos manifestar, nos organizar, para votar e escolher. Aliás, sou, inclusive, autor, Sr. Presidente, da PEC das Diretas Já no Judiciário. Exatamente porque não posso concordar que, num país democrático como o nosso, com uma Justiça eleitoral tão avançada, aqueles que conduzem o processo eleitoral não possam votar para escolher dentro do Judiciário os seus comandantes.

Também nesse aspecto, a OAB desempenha papel determinante. Na verdade, não se pode apontar uma única circunstância em que os interesses do Brasil estejam sendo prejudicados sem que se faça ouvir o protesto da Ordem.

Nos dias que correm, a palavra-chave da atuação político-social da OAB continua sendo cidadania.

Seu empenho, hoje, é dar conteúdo ético à democracia brasileira, torná-la real e efetiva – e não mera figura de retórica. Como político, estou firmemente comprometido com esse ideal.

A OAB segue com altivez sua trajetória: sem vínculos partidários, sem sectarismos ou predisposições ideológicas. Sempre na defesa dos direitos humanos, da ética, da cidadania e do Estado democrático de direito sempre que se faça necessário.

Por tudo isso que representou para o Brasil e pela continuidade do seu incansável trabalho em prol das causas democráticas e da justiça, a OAB tem o merecido mérito de representar todos os advogados brasileiros e de gozar de grande prestígio em todo o Território nacional.

Nossa mais sincera homenagem, portanto, e nosso mais verdadeiro reconhecimento à Ordem dos Advogados do Brasil, pelo combate de oito décadas e meia como verdadeira sentinela do povo brasileiro em defesa da justiça e da cidadania.

E finalizo repetindo o que disse anteriormente: feliz é a nação que tem uma Ordem dos Advogados do Brasil e pode contar com ela, como a nossa! (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PR - MT) – Encerrando, eu só quero aqui registrar que, felizmente, nós temos aqui presidindo esta sessão o meu companheiro Waldir Maranhão, médico veterinário como eu. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, nós vamos passar a Presidência dos trabalhos ao decano desta Casa, que é o nosso Senador Garibaldi Alves, uma figura exemplar.

Com certeza, neste momento de honraria, nós estamos inaugurando, meu Presidente, ...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Maranhão. Bloco/PP - MA) – ... uma aula magna de 85 anos da nossa OAB.

Eu, reitor que fui da Universidade Estadual do Maranhão, muito me orgulho de ter criado o curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão, apesar de ser veterinário.

Portanto, muito obrigado e passo os trabalhos ao Senador Garibaldi Alves. (*Palmas.*)

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Waldir Maranhão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tenho a honra de conceder a palavra, pela Liderança do PT na Câmara dos Deputados, ao Deputado Wadih Damous. (*Palmas.*)

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Garibaldi Alves, e meu querido amigo, companheiro e colega Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que recém-completou 85 gloriosos anos de trajetória institucional em nosso País, saúdo todos os demais componentes da Mesa nas figuras dessas duas autoridades.

Quero, aqui, também saudar meus queridos amigos, colegas, ex-presidentes de seccionais, presidentes de seccionais, conselheiros federais, ex-conselheiros federais, com os quais tive a honra de participar modestamente da construção da história desses 85 anos.

Tenho a honra de ser advogado, e a maior honra que tive na vida foi receber a outorga dos advogados do Estado do Rio de Janeiro para presidir a Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio de Janeiro. Essa é a honra maior que carrego na vida, e acho que não terei nenhuma outra superior, Sr. Presidente.

Por mais cargos... Não sei se virei a desempenhá-los ou a ocupá-los, mas, se desempenhar outras funções em minha vida, não acredito que qualquer outra delas supere a honra de ter sido Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Terei dúvida se algum dia vier a presidir o Clube de Regatas Vasco da Gama, terei dúvidas. Não sei. (*Risos.*)

Sr. Presidente, muito já foi dito aqui, e acho que não devo sequer usar o tempo de dez minutos, já que meus colegas já estão aqui cansados e com fome.

Não poderia me furtar a estar aqui, nesta tribuna, para dizer, primeiramente, Sr. Presidente, que nós temos de reconhecer – e acho que todos os dirigentes da OAB reconhecem e devem reconhecer isto – que, apesar de sermos uma entidade poderosa do ponto de vista corporativo, temos prerrogativas corporativas que talvez nenhuma outra entidade de advocacia no mundo tenha e, se as tiver, são poucas. Temos prerrogativas que fazem da advocacia brasileira – e acho que todo advogado deve ter orgulho disto – uma classe honrada, respeitada e protegida por sua entidade maior, que é a Ordem dos Advogados do Brasil.

Mas nós não podemos nos esquecer de que a OAB já nasceu ultrapassando as fronteiras corporativas, como foi bem dito aqui por V. Ex^a.

A nossa entidade foi fundada em 1930, no fragor de um processo político e social, que foi a revolução de 30, ou seja, já nascemos sob o batismo de sangue. E a OAB nunca se furtou não só a representar os advogados como a representar a sociedade brasileira, os interesses maiores da sociedade brasileira.

E aqui nós não podemos, já que estamos nos referindo aos idos de 1930, quando fomos fundados, nos esquecer dos nossos vultos maiores. Nós não podemos nos esquecer de Sobral Pinto, advogado ultraconservador, católico, designado pela Ordem dos Advogados do Brasil, a quem foi conferida a defesa de Luiz Carlos Prestes. Prestes não queria. Prestes acreditava numa frase de Lênin, que, aliás, jamais foi dita por ele, mas atribuiu-se a ele uma frase que até hoje é tida como verdadeira, que é: “Advogados, nem os do partido!”.

Então Prestes repudiava a defesa de Sobral, e Sobral, com a sua pertinácia, com a sua grandeza humana, superando todas as divergências ideológicas e divisões de mundo que ele tinha em relação a Prestes, foi lá defendê-lo, mostrando não só a coragem e o destemor que o caracterizaram ao longo da sua trajetória de vida, mas mostrando também o saber jurídico e a malícia do advogado. À mingua, Senador Garibaldi Alves, de ordenamento jurídico democrático àquela época, Prestes se valeu da Lei de Proteção aos Animais, porque um outro colega e companheiro de Prestes estava sendo barbaramente torturado lá nas dependências do DOPS, no Rio de Janeiro: o militante comunista Rodolfo Ghioldi. E com base na Lei de Proteção aos Animais, Prestes promoveu a defesa desse militante.

Sobral, do meu ponto de vista, significa o símbolo do advogado. Sobral foi um homem que viveu na pobreza e morreu pobre. Sobral era um homem que valorizava, acima de tudo, os nossos princípios, valorizava, acima de tudo, uma visão humanista da sociedade e considerava todos os seres humanos iguais. Foi com base nesses princípios que ele, violando – se assim podemos dizer – os seus rígidos princípios religiosos e conservadores, promoveu a defesa de homens e mulheres que pensavam de maneira diferente.

E é assim que nós somos. Nós somos uma classe generosa. A advocacia nada tem de egoísta. A essência do nosso exercício profissional é exatamente a generosidade, é pensar nos outros, é pensar na sociedade, é pensar na cidadania. E é isso que estamos celebrando aqui, com os 85 anos de aniversário, de honradez, de trajetória institucional imaculada, que caracterizam, Sr. Presidente, a Ordem dos Advogados do Brasil.

Neste Parlamento, Sr. Presidente, estou em outra trincheira, mas continuo sendo advogado aqui. Nós temos muitos admiradores aqui no Parlamento brasileiro, mas há alguns que não entendem direito o papel da advocacia e não entendem direito a vocação da Ordem dos Advogados do Brasil. Há alguns, por exemplo, aqui no nosso Parlamento, que querem acabar com o exame de ordem, mas terão, neste Deputado, advogado, e em outros colegas aqui, uma defesa intemorata e firme do nosso exame, que significa não só a qualificação profissional da advocacia, mas uma defesa dos interesses maiores da sociedade brasileira, porque o que a sociedade espera do advogado é um profissional qualificado, um profissional testado. E o exame de ordem se presta a essa prévia qualificação antes do efetivo exercício profissional.

Também temos, Sr. Presidente, projetos de lei do nosso profundo interesse aqui, um dos quais, inclusive, vou relatar daqui a pouco na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. É aquele que trata das sociedades unipessoais.

Esse projeto de lei, se aprovado, vai significar, conferir ainda mais, cidadania aos nossos advogados, aos novecentos e tantos mil advogados, que V. Ex^a sempre faz questão de frisar.

Sr. Presidente, encerrando, como V. Ex^a tem dito por diversas vezes, a Constituição, na defesa do seu espírito, na defesa da sua normatividade, não pode ser retalhada. Não podemos achar que determinados valores e princípios, como, por exemplo, aqueles que constam do art. 37 da nossa Constituição, sejam superiores a outros valores e princípios, talvez até superiores, tais como: o direito à ampla defesa; o princípio do contraditório; o princípio da inocência, que são valores e princípios hoje, Sr. Presidente, sendo questionados por aqueles...

(Soa a campanha.)

O SR. WADIH DAMOUS (PT - RJ) – ... que não entendem o valor da democracia, não entendem o valor do Estado democrático de direito.

Eu não tenho a menor dúvida de que a Ordem dos Advogados do Brasil, mantendo as suas tradições históricas, continuará acima das paixões – embora compreensiva com as paixões –, na defesa firme da legalidade democrática desses princípios e valores que conformam os nossos direitos e garantias fundamentais.

Então, acho que hoje estamos todos de parabéns, todas as minhas colegas, os meus colegas, os meus queridos amigos – é muito bom que estejam aqui, porque eu estou matando a saudade de alguns, que eu já não via há algum tempo –, comemorando essa trajetória, essa saga de honradez, de vitórias e de conquistas para a advocacia e para a sociedade brasileira, vividamente representadas pela existência da Ordem dos Advogados do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente Marcus Vinícius.

Obrigado, meus colegas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tenho a honra de conceder a palavra, pela Liderança do PDT no Senado Federal, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Uma boa tarde a cada uma e a cada um – eu cito “cada uma”, apesar de sentir a falta de mais advogadas neste plenário; é um público muito masculino.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que gostei muito das palavras do Deputado Wadih Damous, sobretudo quando ele lembra algo que muitos não percebem, que é o sentimento não corporativista que a OAB tem tido na história dos seus 85 anos. O que marca a OAB, nesses 85 anos, é a sua luta pela democracia, pelos interesses nacionais e pelos direitos humanos – todos interesses globais. Nesses 85 anos, o nome, a marca OAB está por trás de todas as grandes conquistas da democracia brasileira, do desenvolvimento brasileiro.

Mas, Senador Garibaldi, eu não quero falar dos últimos 85 anos, eu quero falar dos próximos 15, até o centenário da OAB, em 2030 – eu espero que muitos de nós ainda possam estar aqui na imensa homenagem desse centenário. Até lá, eu acho que a democracia precisa ser aprimorada, mas não se trata mais da mesma luta de 1945 e do final do regime militar. Os interesses nacionais precisam ser sempre defendidos, mas não é mais aquele momento da construção da Petrobras. Os direitos humanos estão sendo ampliados, mas não se trata mais daquela luta de quando nós tínhamos tortura neste País.

Nesses próximos 15 anos – e aí não tomem como uma cobrança, mas como a sugestão de um brasileiro –, a OAB tem que ser a vanguarda da luta para que, neste País, o filho de um trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão; para que os filhos dos pobres estudem nas mesmas escolas dos filhos dos ricos. Sem isso, nem os direitos humanos estarão completos, nem a democracia será plena, nem os interesses nacionais serão construídos plenamente.

Essa deveria ser a bandeira da OAB daqui para frente, para que, no seu centenário, ela possa dizer que ajudou o Brasil a realizar aquilo que a OAB não pôde fazer em uma das grandes lutas brasileiras: a luta pela abolição da escravidão. A OAB esteve ausente porque não existia, mas agora ela existe, e a abolição, hoje, é a escola que oferece.

Nesse sentido, é preciso que haja uma consciência fundamental da OAB em dois aspectos.

O primeiro aspecto é que não adianta querer fazer essa mudança na educação do Brasil lutando na defesa corporativa. E aqui eu volto ao discurso do Deputado Wadih, de que cada um de nós, das classes médias e altas, vamos receber dinheiro de incentivos fiscais para pagar escola particular. Ou, como vimos, o Poder Judiciário comece a receber dinheiro público para financiar a escola dos seus filhos. Esta é a primeira ressalva que eu quero fazer.

Se a OAB, o Poder Judiciário, nós Parlamentares, todas as classes médias brasileiras, entrarem nessa visão corporativa da educação dos seus filhos e não dos filhos do povo brasileiro, nós estaremos traindo a história dos 85 anos passados. A luta tem que ser pela educação de todas as crianças deste País.

Houve um tempo em que se defendia a igualdade plena. Isso passou. A igualdade plena, o socialismo tradicional, mostrou ser arbitrária, autoritária. Há gostos diferentes, e eu não vejo nenhum valor ético que obrigue todo mundo a usar camisa igual, ter carro grande. Agora, escola diferente não é desigualdade, é imoralidade, tanto quanto saúde diferente é imoralidade, não é desigualdade.

Comprar vida porque se tem dinheiro e saúde é imoralidade, não é desigualdade. E no Brasil, a gente sabe, você compra ou não, conforme possa ou não pagar, um bom serviço médico. Comprar o desenvolvimento do intelecto porque se tem dinheiro e deixar outros abandonados porque não têm dinheiro é imoralidade, não é desigualdade. A OAB tem que lutar contra a imoralidade da desigualdade no acesso à educação. Essa é a bandeira dos próximos anos. Esse é o trunfo que precisamos ter no centenário da OAB.

O segundo ponto, depois dessa consciência, que deve ser para todos, é a percepção de que isso não chegará se não tivermos uma escola pública com a mesma qualidade da escola particular, independentemente do Município, independentemente do Estado onde a criança viva. Temos que quebrar os dois carimbos que estão nas cabeças das crianças: o carimbo do CPF do pai e da mãe e o carimbo do CEP, da cidade onde ela vive. E isso, a meu ver, só é possível federalizando a educação de base no Brasil. Seria uma federalização com descentralização gerencial, mas com a responsabilidade pela educação de cada criança nas mãos da Nação brasileira, e não nas dos pobres e desiguais Municípios, e não nas dos Estados, que são desiguais.

Ao mesmo tempo, eu quero aqui falar do meu orgulho, como brasileiro, de termos uma entidade, Senador Jorge, com 85 anos de uma luta perfeita, cuja única ausência foi não estar ainda existindo na época da luta pela abolição da escravidão. Esses 85 anos precisam ter continuidade, agora lutando pela abolição dessa desigualdade maldita, em que umas pessoas têm acesso à educação e outras não têm – maldita e suicida para o País.

Esse é o desafio que eu deixo aqui. Não é uma cobrança, mas é um desafio que eu deixo aqui. Vamos transformar a OAB da democracia, dos direitos humanos e dos interesses nacionais na OAB da educação de todas as crianças brasileiras, todas com as mesmas condições, independentemente do Estado e da família. Essa é a bandeira com a qual, se a OAB levá-la adiante, poderá coroar o seu centenário e dizer: “Nós estivemos presentes até mesmo na abolição da desigualdade educacional, que aprisionava o futuro do Brasil e condenava milhões de pessoas a um futuro não satisfatório, por falta da educação”.

Ficam aqui os meus parabéns e o meu orgulho de estar aqui na comemoração destes 85 anos. E fica também o meu desafio, como brasileiro, para os próximos quinze, até o centenário.

Um grande abraço para cada uma e para cada um de vocês que fazem a OAB. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de anunciar o próximo orador, eu quero dizer que permaneço aqui na Presidência por poucos instantes, porque o nosso Presidente vai... *(Pausa.)*

O Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Permita-nos uma rápida intervenção, Presidente Marcus Vinicius.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Será muito bem-vinda.

Com muita satisfação, gostaria de registrar no Senado Federal – no momento em que homenageamos a Ordem dos Advogados do Brasil, que é uma das instituições brasileiras mais importantes, que completa hoje 85 anos de luta em favor da democracia – a presença da Presidente do Conselho da Federação Russa, Valentina Matvienko, que é o Senado da Rússia. *(Palmas.)*

Nós estamos vivendo um excepcional período nas nossas relações bilaterais. Estivemos recentemente, por ocasião do I Fórum Parlamentar dos BRICS, na Rússia, onde fomos recepcionados generosamente pela Presidente do Conselho da Federação.

De modo que é uma honra muito grande tê-la aqui no Senado Federal. A sua presença hoje aqui no Senado federal significa, antes de qualquer coisa, a certeza de que essas relações bilaterais serão cada vez mais profícuas e de que nós vamos dar passos para concretizar desafios com relação à convergência institucional, à uniformidade das nossas legislações e à parceria parlamentar que vai cumprir etapas para que nós tenhamos uma posição cada vez mais convergente na defesa do maior desenvolvimento dos nossos povos.

Seja bem-vinda. *(Palmas.)*

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Eu já estou aqui na Presidência por uma deferência do Primeiro Vice-Presidente, que é o Senador Jorge Viana, aí me chega o Presidente Renan Calheiros... Sinto que estou usurpando aqui, mas, na verdade, me deram uma qualidade – e eu estou preocupado com ela –, que é a de decano. E eu, nessa condição, vou continuar a presidir anunciando o nosso próximo orador, que falará pela Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, o Deputado Sandro Alex.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – O problema é que o Senador Garibaldi é muito conhecido desta cadeira. Ele a honrou e tem todo o direito e a nossa deferência por conta da sua história aqui, no Parlamento. Então, quem sou eu para ficar aqui tentando cumprir esse papel? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Passei muito pouco tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PPS - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi Alves. Cumprimento V. Ex^a; o Presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; as senhoras e os senhores.

Eu sou o autor do requerimento na Câmara para a sessão solene em homenagem à nossa OAB. Eu me sinto contemplado com a sessão de hoje aqui no Congresso Nacional e também honrado, como membro da OAB há mais de 20 anos.

E eu renovo meu compromisso, na CCJ da Câmara Federal, do meu voto em favor do exame da Ordem – compromisso que assumi com a nossa OAB do Paraná. (*Palmas.*)

No dia de 18 de novembro, a OAB irá comemorar seus 85 anos de criação. Como foi dito, com um início turbulento para que, enfim, fosse criada e com um papel essencial na defesa da democracia e da cidadania em nossa sociedade, a Ordem demonstra que a sua atuação é fundamental na luta contra a injustiça e pela garantia da paz social.

Criada em 1930, em meio a um clima revolucionário que levou Getúlio ao poder, a Ordem vem consolidando, além do seu papel indispensável para a democracia e a política brasileira, a sua função na regulamentação profissional do advogado e no constante aperfeiçoamento dos serviços prestados pela classe à sociedade. Destacamos principalmente o papel da OAB na redemocratização do País e na convocação das eleições diretas para a Presidência da República. No final do ano de 1983, a Ordem, entidades profissionais civis e alguns partidos oposicionistas iniciaram o movimento das Diretas Já. A sociedade reivindicava o direito dos brasileiros à participação política, por meio de uma eleição para um Presidente que representasse as vontades das maiorias. Nessa época, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a sociedade brasileira, com o apoio da OAB e de outras entidades de classe, deu início à caminhada que, juntamente com a Constituinte, iria abrir o caminho para a redemocratização do País na década de 80.

Tendo em vista o seu importante papel na consolidação da democracia, a Ordem segue atuando na defesa do exercício profissional dos advogados, bem como tem participado de importantes reformas legais e constitucionais. Citam-se os extensos e ricos debates realizados em torno da aprovação do novo Código de Processo Civil, da reforma política, da Ficha Limpa, matérias que contaram com a intensa participação da Ordem.

Destaco a participação da Ordem na história deste País, na assinatura do pedido de *impeachment* do ex-Presidente Collor. A OAB, mais uma vez, escreveu a história deste País.

E esperamos da Ordem dos Advogados do Brasil um protagonismo na busca dos interesses da cidadania e da democracia brasileira, principalmente, nestes tempos de crise política, econômica e institucional.

Quero prestar uma homenagem a um conterrâneo, paranaense e ponta-grossense de coração, formado na minha universidade, a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), instituição que formou alguns dos melhores advogados deste País, o ex-Presidente da OAB Dr. Roberto Busato, que foi a voz dos brasileiros no episódio mensalão, com posicionamento firme, protagonista, combativo no combate à corrupção.

Este momento delicado, devemos observar, é muito especial para a instituição e para a advocacia como um todo, pois ambas são chamadas – a sociedade nos chama ou, na verdade, a sociedade nos clama – para que possamos nos posicionar sobre temas de extrema importância. Por tal motivo, há pela frente muitas batalhas que deverão ser respondidas pela sociedade, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por nós representantes públicos com posicionamentos firmes.

Por todo o exposto, senhoras e senhores, saudamos a Ordem dos Advogados do Brasil pelos seus 85 anos de criação e rogamos para que a instituição esteja cada vez mais presente na luta pelos direitos dos cidadãos e na defesa da sociedade e das instituições democráticas.

Viva a nossa OAB.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, no Senado Federal, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Garibaldi; Sr. Presidente da OAB, Dr. Vinicius; demais Senadores e advogados; eu trouxe, por escrito, um discurso representando aqui o PSB, que é um resumo de tudo aquilo que os oradores que me antecederam já disseram. Então, para não ser repetitivo e fazer um registro dos 85 anos da OAB com um discurso mais ou menos igual àqueles que foram aqui pronunciados, eu peço ao Sr. Presidente que registre nos *Anais* desta Casa o discurso que eu iria proferir por escrito, mas, antes de encerrar as minhas palavras, eu gostaria de acentuar a importância da OAB no contexto do desenvolvimento político e da formação democrática do nosso povo brasileiro.

Quando a nossa Constituição assinala que a OAB é indispensável à administração da Justiça, a nossa Constituição está dando paridade a essa grande instituição e a outras tantas que também engradem o nosso sistema democrático, como o próprio Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, que são órgãos que trabalham diuturnamente para trazer ao nosso País as condições essenciais para a defesa e o acesso à Justiça.

O inesquecível Rui Barbosa, patrono do nosso Senado Federal, ao fazer um histórico da advocacia, pronunciou a seguinte frase sobre o advogado: “O primeiro advogado foi o primeiro homem que, com a influência da razão e da palavra, defendeu os seus semelhantes contra a injustiça, a violência e a fraude”.

Um processo judicial só pode ter validade e legalidade e atender aos pressupostos constitucionais se tiver a presença de um advogado na defesa do seu constituinte. Mesmo o constituinte tendo cometido algum deslize, algum desvio de conduta, algum crime, em face dos acordos internacionais de direitos humanos que o nosso País assinou, ele tem o direito de defesa. Numa ação que é proposta contra o constituinte, por exemplo, pelo Ministério Público, por mais que ele tenha pecado na sua ação, na sua defesa, há sempre um advogado – quando não é um advogado constituído, é um defensor público – que tem a missão, justamente, de preservar o direito inviolável do cidadão de se defender perante o Poder Judiciário.

É por esta razão que estou aqui, na tribuna: enaltecer o papel preponderante que desempenhou a OAB na construção democrática do nosso País. Nos momentos mais obscuros por que esta Nação já passou, a OAB, através dos seus advogados, arriscou a vida de muitos para permitir que vivêssemos, hoje, um clima de total liberdade, em que as acusações existem, as denúncias existem, doa a quem doer, porque o nosso País é um País livre, democrático, aberto e transparente, mas ali está o advogado vigilante na tribuna, no seu escritório, no Supremo Tribunal Federal, nos juizados de grandes ou de pequenas causas, sempre defendendo os interesses maiores da valorização da nossa democracia.

Por isso, eu quero trazer em nome do nosso Partido o nosso abraço a todos os membros da OAB nacional, aos advogados do Brasil inteiro, pela forma com que a OAB tem agido ao longo da nossa história. Se temos uma democracia fortalecida e consolidada, devemos muito, Dr. Vinicius, à atuação dos advogados da OAB. Sempre usando daqueles dispositivos constitucionais que permitem Ação Direta de Inconstitucionalidade, a OAB tem conseguido muitas vitórias, regulando o direito nos Estados, a nossa Constituição Federal, trazendo justiça ao nosso País e equidade dentro do nosso sistema democrático.

Por isso, meus parabéns e as minhas felicitações.

E volto a pedir ao nobre Presidente que inclua nos *Anais* da Casa o teor integral deste discurso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O pleito do Senador Antônio Carlos Valadares será atendido, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, pela Liderança do PT, no Senado Federal, ele que é ainda o 1º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi; Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselheiro Emmanoel Campelo; Srs. Presidentes de Seccionais; Srs. Conselheiros e Conselheiras; eu queria, muito brevemente, fazer, aqui, um registro, em nome do Partido dos Trabalhadores, meus colegas Senadores e Senadoras, nesta sessão solene em que registramos os 85 anos da presença da Ordem dos Advogados do Brasil na vida nacional.

Eu penso que o passado vivido pela OAB já nos dá uma tranquilidade do seu futuro. O papel que ela desempenhou em momentos cruciais da vida nacional já fala por si da importância dessa organização de profissionais que tem papel muito diferenciado na vida nacional. Ela tem obrigações na defesa dos seus demandados, mas acho que, do ponto de vista da organização, ela, que se senta nos tribunais, que fala, que se posiciona, tem, sim, um papel diferenciado que está trabalhando *pari passu* com o direito e com a justiça. Essa não é uma função qualquer, é uma função destacada no Estado democrático de direito, de muito destaque.

Eu tenho uma filha que se formou em Direito; tenho um genro que é militante, compõe, inclusive, a Ordem dos Advogados na sessão Acre, e eu tenho muito orgulho do trabalho dele. Atua junto com o Marcus Vinicius, ele é membro e ele tem um orgulho danado – é um garoto, advogado, militante e tem um orgulho danado de fazer parte da OAB.

Eu tenho uma admiração que vem dos tempos em que fui Prefeito da capital do Acre e Governador do Estado por oito anos. Nós enfrentamos situações muito delicadas no meu Estado, no meu tempo de governo. Nós tínhamos organizações atuando dentro do Estado e foi com uma ação que reuniu instituições, justiça, advogados que nós conseguimos superar e fazer com que o Acre vivesse a plena legalidade. Então, o Acre é um case, nesse aspecto.

Eu agora estou relatando um projeto, junto com o Senador Cristovam, na Casa – fiz um debate na Universidade Federal do Acre esse fim de semana, acabei de chegar do Acre –, que trata da ciência, tecnologia e inovação. O que tem isso a ver com os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil? Tem tudo a ver.

Eu fiz uma viagem para a Califórnia, nos Estados Unidos, e lá eu perguntei: “Como os senhores fizeram a transformação de um deserto em um dos maiores PIBs do mundo, o Estado da Califórnia?” Falaram, em vários lugares, porque eu fui nas universidades participar de uma missão como Senado, nos diferentes lugares em que eu fiz a pergunta, a resposta foi a mesma: “Nós implantamos centros de conhecimentos, universidades e, a partir desse centro de conhecimento que procurava transformar conhecimento em negócios, nós conseguimos desenvolver este Estado e fazer deste Estado uma referência.”

E aí eu perguntava: “Mas como vocês fizeram isso?” – aí entra a atividade dos senhores e das senhoras. Eles falavam: “Olha, primeiro, nós criamos uma lei que facilitava, e facilita, a presença e o papel dos cientistas, dos pesquisadores, nessa relação entre desenvolver conhecimento e transformar esse conhecimento em negócio, em produto”. A segunda ou terceira resposta sempre era: “Olha, a presença de um bom contrato, a presença de um bom advogado, de boas bancas no processo.” Eu digo: “Mas como? Nunca tinha ouvido isso!” Porque você está lidando com conhecimento, com patentes, com riscos, e nada como ter bons advogados para fazer essa concertação e dar as garantias futuras e presentes.

Então me impressionou o papel que escritórios de advocacia, o papel de advogados, em um processo de desenvolvimento de um território, de um Estado, a partir – e é verdade: quando se começa a discutir, por exemplo, patentes, domínio, você tem de ter uma segurança jurídica fundamental, e não é lei que dá, são bons contratos que podem dar essa segurança, essa garantia. E quem é que pode elaborar? Os senhores, as senhoras, que são estudiosos e que trabalham.

Estou trazendo um tema completamente diferente, para ver a importância que se tem, para não ficarmos presos só nas questões do dia a dia. Em todos os lugares que eu passei, ter um bom advogado, ter um bom escritório, ter bons contratos era, no máximo, o terceiro quesito mais importante, quando não o segundo.

Acho que, em muitos aspectos, nosso Brasil está longe, mas tem de ser esse o objetivo. Agora que nós estamos fazendo uma lei que eles têm desde 1970 e que permite que pesquisador faça pesquisa, possa desenvolver e, se aquilo virar uma patente, se aquela patente virar um negócio, tem de ter um trabalho dos senhores advogados fazendo a consolidação do que podemos chamar de segurança jurídica.

E, hoje, vejam só o mercado que vai surgir: de cada dez patentes hoje no Brasil, sete são dentro das universidades e, normalmente, não viram produtos, porque nós não temos essas regras estabelecidas, nós não temos bons contratos, e, na insegurança, ninguém corre risco.

Ouvi vários colegas se posicionando e queria aqui concluir dizendo que entendo que a OAB, que o Presidente da OAB, que os presidentes das seccionais e os conselheiros estão sendo chamados a um papel de destaque, neste momento, na vida nacional.

O Brasil está vivendo um momento que é muito alvissareiro por um lado, muito importante por um lado, mas, também, exige uma atenção especial por outro. Quem de nós é contra o combate à corrupção? Quem de nós é contra a presença viva, ativa, do Ministério Público, da Justiça, em uma ação vigilante contra quem quer que seja que esteja lidando com o ilícito? Eu acho que nisso temos um acordo, temos um entendimento nacional.

Mas é aí que mora o perigo! Eu tenho visto situações que me preocupam. Nós não podemos aceitar que um País de dimensões continentais como o nosso fique dependente de carreira solo, para fazer esse combate a esta doença, a esta praga do mundo em que vivemos, que são os esquemas de corrupção que distorcem o sentido do Estado, que se apropriam daquilo que é público, que se apropriam e ferem o interesse do cidadão. Isso é um fato!

Mas eu dei um exemplo em minha fala.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – O meu Estado enfrentou essa privatização do Estado, o crime organizado dentro do Estado, a impunidade. Tudo isso nós enfrentamos no Acre, mas foi uma ação conjunta das instituições, não foi ação individual de ninguém! Não teve rosto o combate ao ilícito no Acre, à ilegalidade no Acre. Para trazer o Estado para a legalidade foi uma ação conjunta: tinha Juiz Federal; tinha Ministério Público Federal; tinha Justiça Estadual; tinha Ministério da Justiça; tinha Ordem dos Advogados; tinha a figura do Estado; tinham as forças de segurança. Eram todos agindo dentro do Estado de direito.

Eu tenho muito receio – nesse clima terrível de enfrentamento político em que vivemos, onde há uma espécie de desmoralização das lideranças formais políticas – de que a gente danifique fortemente a nossa democracia, danificando a vida partidária, a atividade política. Danifique e, em um ambiente como esse, a gente

tente buscar salvadores da Pátria –com todo o respeito àqueles que correm risco, àqueles que lutam às vezes pregando no deserto, para que o Brasil se reencontre, combata a corrupção e faça aquilo que a sociedade quer.

Há muita gente, hoje, falando em nome de opinião pública; há muita gente privatizando a opinião pública. Isso não é bom. Acho que a crise econômica, que se agrava, é muito o resultado da crise política em que vivemos. E não acho prudente, não acho que vamos ter sucesso, em plena democracia em que estamos vivendo, danificando a atividade política, criminalizando a atividade política, a atividade partidária.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – E concluo, dizendo que a Ordem dos Advogados, que teve e tem papel de destaque na sociedade, precisa ser uma voz mais ativa, mais vigilante – é o apelo que faço –, mais explícita, mais pública sobre excessos, sobre preferências de alguns que atuam em instituições. Eu tive no Acre. Ou quem é da Polícia Federal, quem é do Ministério Público, quem faz parte do Judiciário não erra, não tem interesse pessoal às vezes?

Se não formos vigilantes, pode ser que alguns façam prevalecer seus interesses particulares diante do que estabelece a Constituição. E a pior coisa do mundo é alguém que ocupe uma função garantida pela Constituição fazer mau uso dela. Isso causa um dano enorme.

E acho que a OAB pode cumprir um papel importante, no sentido de dar todas as garantias...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – ... todo o respaldo para aqueles que cumprem o papel constitucional, mas também deve ficar vigilante para desvios de conduta que possam ocorrer em momentos como este que a vida nacional enfrenta.

Muito obrigado.

Eu parabeno todos que estão aqui pelos 85 anos da OAB. *(Palmas.)*

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Homenagem aos 85 Anos da OAB

Sr. Presidente,

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores:

Senhoras e senhores do nosso querido Ceará e de todo o Brasil que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado Federal:

Esta sessão é uma justa homenagem aos 85 anos de atuação da ordem dos advogados do Brasil.

Estamos, de fato, celebrando uma das conquistas mais caras da civilização, ganhos que se concretizam na ideia de justiça.

Portanto, de um dos pilares da democracia representativa.

A própria ideia de nação brasileira surgiu com a instituição dos primeiros cursos jurídicos, após a outorga da constituição de 1824.

Em 1827, esses instrumentos acadêmicos foram concretizados e se revelaram de importância vital para a própria organização política do Brasil.

Com a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros, anos depois, tomariam fôlego não apenas o exercício dos profissionais do direito, mas a conquista do próprio estado de direito.

Sem dúvida, na sequência de tantos embates históricos, ressaltos os mais vivos em nossa memória, como a luta pela anistia e pelas eleições diretas com engajamento assumido pela OAB.

Movimentos que apressaram o fim da ditadura militar iniciada em 1964 e coroada com a nova república, em 1985.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores:

A história da luta pelas liberdades em nosso país se confunde com a atuação da OAB.

Quem quiser contar a história do Brasil pela ótica dos oprimidos e não a dos opressores, basta lançar mão dos momentos históricos protagonizados ou apoiados por nossos advogados e sua instituição mais representativa.

Destaco ainda, entre eles, o “movimento pela ética na política”, que resultou em novas leis para aperfeiçoar as eleições brasileiras.

Afinal, a ética não é incompatível com a legítima luta política.

Particularmente no ambiente de reforma de nosso ordenamento institucional, destaco a atuação da OAB:

- pelas reformas na constituição; pelo fim do abuso da edição de medidas provisórias;
- pela reforma do poder judiciário, incluindo o controle externo, representado pelo conselho nacional de justiça e pelo conselho nacional do ministério público;
- pelo enfrentamento do crime organizado;
- pela persistente luta nos tribunais para que os responsáveis por crimes contra a administração pública sejam punidos.

Antes de concluir meu pronunciamento, quero saudar todos os profissionais do direito e, ainda, seus mestres - os professores.

Igualmente saúdo os pesquisadores das ciências do direito, pois todos eles merecem a homenagem que hoje prestamos à OAB.

A ordem dos advogados do Brasil merece nossos elogios pelos inúmeros gestos históricos e heróicos de proteção à cidadania brasileira!

Por isso, cumprimento a todos os advogados presentes nesta sessão e desejo que esse espírito do direito e da justiça paire sobre todos os brasileiros em todos os dias da república.

Muito Obrigado!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, o plenário do Senado Federal acolhe as solenidades de comemoração dos 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com a honra e o reconhecimento público devidos.

A OAB está entre as poucas instituições quase centenárias de nosso País que se distinguiram por contribuir decisivamente para o grande debate nacional, que diz respeito aos destinos da Nação, sobretudo nos momentos mais críticos de nossa história.

Está inscrito na própria identidade da Ordem o compromisso fundamental com a luta pelos direitos e garantias fundamentais da ordem democrática.

Nascida da lufada de transformações trazidas pela Revolução de 1930, no sentido de modernização das instituições e de estabelecimento dos princípios verdadeiramente republicanos na vida política nacional, a OAB cedo viu-se comprometida com a vanguarda da proteção dos fundamentos da ordem democrática.

De 1930 aos dias atuais, o Brasil passou por duas experiências de golpe militar, em 1937 e 1964, e por longevos regimes ditatoriais, o Estado Novo, de 1937 a 1945, e a ditadura militar, de 1964 a 1985.

As nossas experiências democráticas, espremidas entre os períodos de privação das liberdades, caracterizaram-se por fortes e intensos processos de luta e resistência a favor dos direitos e garantias fundamentais.

Pois a OAB construiu a sua identidade, Senhoras e Senhores Senadores, neste longo e dramático percurso de implementação do estado democrático de direito em nosso País.

Destacou-se, inicialmente, no combate aos prenúncios totalitários do Estado Novo de Getúlio Vargas, instalado com o Golpe de 1937. A OAB desempenhou papel fundamental na construção do novo ordenamento jurídico, a Constituição de 1946, e em vários momentos delicados da história conturbada da República de 1946 a 1964, da renúncia de Jânio Quadros à experiência parlamentarista de Jango.

Naquela que seria reconhecida como a experiência totalitária mais dura e sufocante, a longa noite de chumbo do regime militar, a OAB insurgiu-se como uma das organizações mais combatentes e atuantes na luta pelas liberdades democráticas. Posicionou-se contra os diplomas jurídicos do regime de exceção, como a Constituição de 1967 e os atos institucionais que introduziram os dispositivos ditatoriais, defendeu as prerrogativas dos advogados de presos políticos, denunciou a prática da tortura e a agressão contra os direitos humanos, e protestou a favor da liberdade de imprensa e contra a censura.

Reconhecemos publicamente a coragem e determinação dos dirigentes da OAB, que, mesmo correndo riscos, inclusive sujeitos a perigos de vida em razão da ocorrência de atentados terroristas das forças de direita, colaboraram para manter viva e acesa a esperança da restauração do Estado de Direito.

Quando o regime militar ruiu, lá estava a OAB como uma das principais instituições da sociedade civil a apontar os rumos possíveis da abertura política, participando ativamente dos movimentos populares que propugnavam o retorno para a normalidade democrática, a luta pela anistia, o movimento das Diretas Já, culminando na convocação da Constituinte de 1987-88.

Podemos dizer, Sras e Srs. Senadores, que a OAB e a democracia nasceram gêmeas. Assim, comemorando os 85 anos de sua história, estamos também celebrando os pilares mais sagrados da democracia brasileira. Temos muito a agradecer a esta veneranda instituição.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar esta sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 85 anos da OAB, quero fazer alguns registros de agradecimento.

Primeiro, quero agradecer a presença do atual Copresidente da Ordem dos Advogados da África do Sul, o Dr. Busani Mabunda, que está aqui presente. *(Palmas.)*

Quero agradecer ao Presidente do Colégio dos Advogados da Espanha, Dr. Martinho. *(Palmas.)*

Quero agradecer a presença no nosso plenário do primeiro advogado brasileiro a ser admitido nos tribunais ingleses, o Dr. Frederico, paraibano, paraibano ilustre. *(Palmas.)*

E fazer alguns registros de conterrâneos do Rio Grande do Norte, que estão aqui presentes, do meu Estado: Dr. Lúcio Teixeira, que é Presidente da Comissão do Exame de Ordem. *(Palmas.)*

A presença do Dr. Erick Pereira, que é Presidente da Comissão de Direito Eleitoral. *(Palmas.)*

A presença do Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, o Dr. Verlano Medeiros. *(Palmas.)*

Quero agradecer aos presidentes da Ordem dos Advogados aqui presentes e dizer da imensa honra que foi, presidente Marcus Vinicius, presidir por alguns momentos esta sessão; eu que sou apenas um bacharel em Direito, porque a política não me deu a oportunidade de advogar. Mesmo assim sou inscrito na Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte.

Então, fazendo prevalecer essa condição, eu quero, neste instante, dirigir-me aos colegas, dizendo dessa minha satisfação.

E está encerrada esta sessão solene. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 13 minutos.)

RETIFICAÇÃO

ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 12 DE AGOSTO DE 2015

(Publicada no Diário do Congresso Nacional nº 016, de 13 de agosto de 2015)

À página 3, Sumário, por omissão, onde se lê:

1.2.3 – Oradores

.....
Deputada Benedita da Silva

Sr. Geovane Grangeiro, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Amapá

.....
Leia-se:

1.2.3 – Oradores

.....
Deputada Benedita da Silva

Deputada Érica Kokay

Sr. Geovane Grangeiro, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Amapá

.....

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização **RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	VAGO
II. Saúde	VAGO
III. Educação e Cultura	VAGO
IV. Integração Nacional	VAGO
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	VAGO
VI. Desenvolvimento Urbano	VAGO
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	VAGO
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	VAGO
XII. Fazenda e Planejamento	VAGO
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	VAGO
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	VAGO
XV. Defesa e Justiça	VAGO

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Aírton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR****COORDENADOR:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nílto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocrm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p>Líder do Governo</p> <p>Senador José Pimentel - PT / CE</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Senador Walter Pinheiro - PT / BA</p> <p>Deputado Paulo Pimenta - PT / RS</p>	<p>Líder da Minoria</p> <p>Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Deputado Alberto Fraga - DEM / DF</p> <p>Deputado Carlos Melles - DEM / MG</p> <p>Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO</p> <p>Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO</p>
---	---

Fale com o Senado
0800 61 2211

